

Ajuste forçado

EDITORIAL. "Ajuste forçado". Folha de São Paulo. São Paulo, 30 de junho de 2017.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, teve de pedir desculpas públicas pelos termos desairosos nos quais se referiu a ocupantes de cargos de gerência na estatal. "Inútil" foi o adjetivo mais ameno utilizado para descrever o grupo, em conversa gravada por sindicalistas no início do mês.

Entre programas de demissão voluntária e privatizações, a empresa planeja um encolhimento drástico de seu quadro de pessoal, dos atuais 23 mil para 12 mil funcionários. "A sociedade não quer pagar pelos nossos privilégios", argumentou o executivo, entre um impropério e outro.

Com muito mais pompa e circunstância, o presidente Michel Temer (PMDB) promoveu ato, nesta quinta (29), no Palácio do Planalto, para celebrar um ano da Lei de Responsabilidade das Estatais.

Tratou-se, claro, de salientar um dos sustentáculos que restam ao mandatário —os ajustes promovidos na economia, em particular na administração pública, e a expectativa de sua continuidade.

A apresentação oficial destacou o soerguimento de empresas federais com ações negociadas em Bolsa. No exemplo da Eletrobras, informou-se que seu valor de mercado chegou a R\$ 24,5 bilhões, em 31 de março, ante apenas R\$ 10 bilhões no mesmo dia de 2016.

Boa parte dessa alta, é bom que se diga, deveu-se tão somente à melhora de humores no mercado financeiro após o impeachment de Dilma Rousseff (PT). Com as datas escolhidas, por sinal, a propaganda governista oculta que o valor da companhia já caiu a pouco mais de R\$ 18 bilhões, depois da eclosão da crise política desencadeada pelas delações da JBS.

É fato, de todo modo, que a gestão das estatais passa por transformações importantes e meritórias. Estas, no entanto, não derivam das convicções do governo peemedebista —nem mesmo das boas inovações da lei que faz aniversário.

Sua força motriz, tal como ocorre na reforma da Previdência, é a imposição da aritmética. As empresas, notórias por empreguismo e ineficiência, acabaram depauperadas pelos desatinos dos governos petistas, muito além da corrupção. Recorde-se, num único exemplo, a redução forçada e populista dos preços da energia elétrica.

A tarefa de sanear —e, provavelmente, reduzir— o aparato de 151 estatais federais e seus mais de 500 mil funcionários dificilmente poderá ser contornada por qualquer governo num futuro próximo. Os que rejeitam a privatização, aliás, deveriam aprender que a melhor estratégia para evitar sua necessidade é a gestão profissional.